

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ESCOLAR NA AUTONOMIA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Data de aceite: 02/05/2024

Laís Euzebio de Souza

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

RESUMO: A pesquisa apresentada acontece no Atendimento Educacional Especializado da Escola José Mariano do Estado de Pernambuco, direcionado aos estudantes com deficiência intelectual. Os estudos vão em torno da seguinte situação-problema : a influência da cultura escolar no desenvolvimento da autonomia, nos adolescentes com deficiência intelectual. A pesquisa, uma vez realizada no Atendimento Educacional Especializado que se caracteriza como atendimento não clínico e sim atendimento pedagógico, terá como base fundamentos do campo pedagógico. A investigação, ocorre através de análises bibliográficas a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, e o conceito utilizado por Julia Dominique sobre “cultura escolar”. A pesquisa também contou com observações documentais fornecidas pelo Atendimento Educacional Especializado na Escola José Mariano do Estado de Pernambuco que trabalha

com alunos com deficiência intelectual comprovados. Como instrumento de investigação, foram utilizados registros de ações pedagógicas dos estudantes para entender como é realizada a inclusão destes alunos e quais os progressos alcançados. O estudo permite compreender como a cultura escolar pode ser um agente de construção ou estigmatização da autonomia, nos adolescentes com deficiência intelectual. A identificação desses fatores possibilita orientar de forma mais eficaz a abordagem pedagógica de profissionais da educação escolar engajados no processo de desenvolvimento da autonomia de pessoas com deficiência intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia, Cultura Escolar, Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo estudar a importância da autonomia dos adolescentes com deficiência intelectual e sua ligação com a cultura escolar. Este estudo busca compreender e analisar as dinâmicas e desafios presentes no contexto educacional, na necessidade de aprofundar o entendimento sobre a

inclusão para as pessoas com deficiência intelectual (PCDI) na educação. Alinhado aos princípios legais e teóricos a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, e o conceito utilizado por Julia Dominique sobre “cultura escolar”. A pesquisa procura contribuir para a criação de práticas educacionais mais inclusivas e estudos acerca da deficiência intelectual nas Escolas Públicas do Brasil.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência sancionado no ano de 2015 é um marco legal que legislativamente garante os direitos de inclusão das pessoas com deficiência nas diversas áreas da sociedade e entre elas a educação. A deficiência intelectual (DI) é um dos públicos beneficiados pelo estatuto que apresenta suas particularidades na questão inclusiva.

A DI constitui um impasse para o ensino na escola pública e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito, pelos estigmas sociais, pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo. Por isso é importante que esta PCDI presente na escola, seja educada e avaliada com um estudante dentro da perspectiva pedagógica. A sua particularidade enquanto deficiente deve ser um instrumento que colabore para a compreensão de suas potencialidades e dificuldades, e não como um direcionamento limitante às propostas pedagógicas a serem realizadas.

A autonomia, segundo Paulo Freire, é um princípio crucial na educação, visando a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade. O processo pedagógico deve ser orientado para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, incluindo aqueles com DI que vivem sobre o estigma da invalidez e do incapaz, para que possam exercer seus direitos como cidadãos de uma sociedade democrática.

Esta pesquisa visa analisar práticas pedagógicas realizadas no Atendimento Educacional Especializado da Escola José Mariano do Estado de Pernambuco, direcionado aos estudantes com DI na promoção da sua autonomia, através dos princípios de inclusão preconizados pelo estatuto da pessoa com deficiência, e da cultura escolar como um elemento chave para a construção de um ambiente educacional inclusivo.

Os estudos citados utilizarão uma abordagem qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica e análise documental dos registros do AEE. Os resultados demonstram que a inclusão de PCDI na sociedade e na educação demanda a valorização da autonomia, alinhada aos princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a construção de uma cultura escolar que celebre a alteridade, e oportunize todos os indivíduos a desenvolver seu potencial contribuir socialmente.

A AUTONOMIA E SEUS IMPASSES

Autonomia é um lugar bastante estigmatizado nas pessoas com deficiência intelectual (DI) desde a sociedade ao ambiente familiar. Nos seus lares e ambientes de socialização, com os responsáveis ou cuidadores, uma série de atitudes de prevenção a violência gera práticas de marginalização social destes corpos, superestimação da incapacidade de independência da pessoa com DI que circunda a construção autonomia deste ser.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a deficiência intelectual é definida por um QI (quociente de inteligência) inferior a 70 e limitações nas habilidades adaptativas em áreas como comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, uso de recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança. As restrições da DI, apresentadas anteriormente, acabam por reforçar estigmas sociais e discriminações, resultando no fortalecimento de barreiras atitudinais no campo social, familiar e até mesmo educacional.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 2,8% da população brasileira, ou seja, aproximadamente 5,7 milhões de pessoas, possuem algum grau de DI. A deficiência em sua condição que afeta o funcionamento cognitivo de um indivíduo, caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual, que se refere às habilidades de raciocínio, aprendizado, resolução de problemas e tomada de decisões, quanto no funcionamento adaptativo, que inclui habilidades práticas, sociais e conceituais necessárias para a vida diária.

Paulo Freire escreve sobre a autonomia do aprendiz é uma relação entre o ambiente e o lugar que ele se ver inserido, ou seja, a forma de se perceber no mundo, colocando que

“Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história” (FREIRE, 2015, p. 53).

O estudante com DI chega ao ambiente escolar atravessado por várias barreiras atitudinais. Na vivência de um mundo que o exclui, na posição da invisibilidade. As limitações de capacidade, são um dos exemplos dessas barreiras que o aluno carrega, através de ações que desestimulam suas potencialidades e capacidades de desenvolvimento. Estes, são reforçados por rótulos negativos, como exemplo “retardado” ou “doido”, gerando baixas expectativas de autonomia e inclusão dessas pessoas nas relações em sociedade.

As políticas de inclusão mais recentes como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência tem colaborado para o aluno com DI ter se tornado cada ano mais presente nas escolas públicas (Brasil,2005). Essa lei, de número 13.146/2015, no artigo 28, inciso III, determina:

“III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (BRASIL,2015).

A escola pública brasileira tem o desafio da inclusão de pessoas com deficiência intelectual em suas estratégias pedagógicas comuns. O aluno com DI segundo Batista e Mantoan (2006, p.13) "tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza". A presença desses indivíduos nas salas de aula exige adaptações estruturais, pedagógicas e também culturais. Diante dessa reflexão é feita a pergunta norteadora: Quais experiências escolares têm contribuído para a autonomia dos estudantes deficientes intelectuais? E quais análises teóricas a serem tecidas sobre os impactos da Cultura Escolar na pessoa com deficiência intelectual.

CULTURA ESCOLAR E O DESAFIO DA INCLUSÃO

Subjetividade será tratada como uma construção histórica, isso pressupõe formas da pessoa entender o mundo e de si mesmo determinadas de acordo com a cultura do tempo histórico presente. O processo desse entendimento implica reconhecer o lugar deste ser em meio a sua peculiaridade e este reconhecimento só tem sentido se estiver interligado à totalidade em que esta pessoa se encontra, ou seja à sua vida material.

Na sociedade do capitalismo, do conhecimento científico, da globalização, da tecnologia, do letramento, desenha um sujeito participante que não corresponde a PCDI. O "tempo de produção deste sujeito participante", estimado na escolarização, tecnificação ou na pesquisa científica, não responde às necessidades de aprendizado pedagógico para as PCDI.

A resposta negativa às exigências da sociedade contemporânea e a falta de entendimento crítico gera no senso comum sobre as PCDI estigmas sociais, como exemplo o sujeito improdutivo, incapaz, inválido. Esses estigmas influenciam um conjunto de condutas, normas e práticas transmitidas e reproduzidas no campo social e cultural.

E a escola onde fica? O espaço escolar é onde as trocas e transferências culturais operam assim como, um lugar onde as pluralidades se fazem presentes e também entram em conflito, por isso, o contexto da cultura escolar,

"não pode ser estudado sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas." (DOMINIQUE, 2001)

Assim se faz necessário entender quais são essas relações e como elas reverberam na cultura escolar. As relações sociais geradas no externo extrapolam os limites físicos da escola, através de seus sujeitos e de suas reproduções no modo de pensar e agir amplamente difundidos no interior de nossas sociedades. A transmissão desses modos age independente da escola, mas pode ser influenciada por processos formais de escolarização.

A PCDI na escola não pode ser estudada sem uma análise atenta das transferências culturais que operam a partir de setores da sociedade adentrando a escola e, inversamente, as transferências culturais que podem ser operadas na escola e extrapolam em direção de outros setores da sociedade.

O Estatuto da Inclusão, promulgado em 2015, representa um marco legislativo crucial para a promoção da igualdade e não discriminação de pessoas com deficiência. Neste contexto o artigo 4º, 6º e 8º do Capítulo II do Estatuto da Inclusão reforça o princípio da igualdade e não discriminação. Entretanto, a efetivação da igualdade para pessoas com deficiência intelectual requer uma abordagem específica, reconhecendo e respeitando sua autonomia. A autonomia não é apenas um direito fundamental, mas também uma ferramenta essencial para a construção de identidade e cidadania.

A escola é um espaço muito importante na construção da cidadania e também autonomia política, por isso este espaço deve estar acionado em todos os recursos para promover a inclusão das pessoas com PCDI. O capítulo IV do Estatuto da Inclusão, reforça esse papel especialmente o artigo 28º, destaca o direito à educação. No entanto, para garantir o acesso igualitário, é imperativo analisar criticamente a cultura escolar. Como as instituições educacionais incorporam práticas inclusivas? Como a autonomia é promovida nos ambientes educacionais, especialmente para aqueles com deficiência intelectual?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo pedagógico deve ser orientado para o desenvolvimento da autonomia dos alunos com deficiência intelectual que vivem sobre o estigma da invalidez e de ser incapaz. Assim, a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na sociedade e na educação demanda a valorização da autonomia, alinhada aos princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a construção de uma cultura escolar inclusiva, que veja a alteridade como uma identidade positiva, e oportunize todos os indivíduos a desenvolver seu potencial contribuir socialmente.

A Escola de Referência no Ensino Médio José Mariano do estado de Pernambuco, no ano de 2023 teve matriculado 6 alunos com Deficiência Intelectual em diversos graus. O AEE fez o registro das dificuldades comuns existentes entre os estudantes como pode ser observado no quadro abaixo:

Estudantes	Dificuldades na Alfabetização	Dificuldades nas atividades coletivas de rotina escolar	Agentes acionados pelo AEE
Aluno 1	<ul style="list-style-type: none"> ● pré-silábico ● sem locomoção motora 	<ul style="list-style-type: none"> ● Alimentação ● Banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> ● Família ● Comunidade Escolar ● Professores
Aluno 2	<ul style="list-style-type: none"> ● pré-silábico ● sem locomoção motora 	<ul style="list-style-type: none"> ● Alimentação ● Banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> ● Família ● Comunidade Escolar ● Professores
Aluno 3	<ul style="list-style-type: none"> ● pré-silábico ● sem locomoção motora 	<ul style="list-style-type: none"> ● Alimentação ● Banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> ● Família ● Comunidade Escolar ● Professores
Aluno 4	<ul style="list-style-type: none"> ● pré-silábico 	<ul style="list-style-type: none"> ● Alimentação ● Banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> ● Família ● Comunidade Escolar ● Professores
Aluno 5	<ul style="list-style-type: none"> ● Escrita 	Nenhuma	<ul style="list-style-type: none"> ● Família ● Professores
Aluno 6	Nenhuma	Nenhuma	<ul style="list-style-type: none"> ● Professores

Observa-se que apenas um dos seis alunos com deficiência intelectual sabia ler e escrever. Diante da observada ausência do letramento dos estudantes com DI no Ensino Médio, o AEE realizou conversas com os professores de português e familiares dos alunos sobre suas necessidades.

A leitura numa sociedade letrada tem seu lugar de importância na autonomia e na participação política cidadã das pessoas com deficiência. Os profissionais do AEE cientes disso, inseriram nas atividades pedagógicas do AEE, ações pedagógicas que trabalhassem os processos de alfabetização com estes alunos. Além disso também foi observado que alguns alunos não conseguiu realizar atividades pessoais básicas sozinhos como alimentação e utilização do banheiro, não por incapacidade física ou intelectual mas por não serem habituados a realizarem sozinhos tais ações, diante disso o AEE também mobilizou os familiares e a comunidade escolar para dialogar sobre a capacidade destes estudantes realizarem as atividades e colaboração deles na orientação dos estudantes.

A intervenção da equipe profissional do AEE não se restringiu apenas em ações da própria equipe, precisou da colaboração de todos os agentes envolvidos na vida dos estudantes do DI. O estigma cultural existente sobre “o incapaz” nestes corpos também foi um elemento importante a ser dialogado com os familiares e a comunidade escolar, para desenvolver ações pedagógicas de autonomia no estudante.

A cultura escolar é importante no desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual pois não basta querer ser inclusiva e inserir alunos na rotina escolar. O compromisso com o estatuto da inclusão, nas adaptações diárias da rotina e cultura escolar é o que vai fazer a mudança quando as barreiras atitudinais atravessarem a escola. E a equipe do AEE precisa estar atenta e entender que como parte da escola não precisa realizar ações inclusivas sozinha, convidando sempre a comunidade escolar e os familiares quando o contexto for necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a pesquisa realizada no Atendimento Educacional Especializado da Escola José Mariano, em Pernambuco, oferece elementos importantes para pensar a interseção entre cultura escolar, autonomia e inclusão de adolescentes com deficiência intelectual. A análise fundamentada nos princípios da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire e no conceito de “cultura escolar” de Julia Dominique revela a complexidade das dinâmicas educacionais.

Os recentes estudos evidenciam a relevância do papel desempenhado pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) não apenas como um serviço isolado psicopedagógico, mas como um espaço fértil na promoção da cultura da inclusão no espaço escolar. A utilização das descrições de ações pedagógicas oferece uma compreensão sobre como a inclusão desses alunos é efetivada e quais progressos são alcançados.

O estudo destaca a cultura escolar como um fator determinante no desenvolvimento da autonomia desses adolescentes. A identificação de práticas que promovem ou estigmatizam a autonomia oferece orientações fundamentais para aprimorar as abordagens pedagógicas, não apenas no âmbito do AEE, mas em toda a comunidade escolar.

A observação da Escola José Mariano revela desafios significativos, especialmente em relação ao letramento dos alunos com deficiência intelectual. A abordagem proativa do AEE, envolvendo professores, familiares e a comunidade escolar, destaca a importância do trabalho colaborativo para superar barreiras e promover a autonomia.

A cultura escolar emerge como um elemento-chave. Não basta apenas a inclusão formal; é o compromisso diário com as adaptações na rotina e na cultura escolar que efetiva a mudança. A equipe do AEE, parte integrante da escola, reconhece a necessidade de envolver ativamente a comunidade escolar e os familiares para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Diante dessas reflexões, ressalta-se a importância do compromisso contínuo com os princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da valorização da autonomia e da construção de uma cultura escolar inclusiva. Somente por meio de uma abordagem colaborativa e atenta às nuances culturais será possível promover a plena participação e contribuição social dos adolescentes com deficiência intelectual. Este estudo oferece uma base sólida para orientar futuras práticas pedagógicas e inspirar mudanças significativas no cenário educacional inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez.** SEESP / SEED / MEC Brasília/DF–2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra: 2011; 50ª ed., 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.